

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/320034155>

Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

Conference Paper · October 2017

CITATION

1

READS

180

1 author:



Natália Nunes Aguiar

Federal University of Minas Gerais

2 PUBLICATIONS 1 CITATION

SEE PROFILE

41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT 5 – Comportamento, Opinião Pública e Cultura Política

**Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da
norma no Brasil¹**

Natália Nunes Aguiar
nataliaguilar.cs@gmail.com
Doutoranda em Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais (DCP -
UFMG)

Resumo:

O artigo avalia que impactos a abolição do voto obrigatório poderia acarretar para a democracia brasileira em relação à igualdade de participação entre grupos sociais. Discute-se a relação entre igualdade política e voto obrigatório, objetivando-se responder à questão: introduzido o voto facultativo no Brasil, indivíduos pertencentes a que segmentos sociais teriam maior propensão a comparecer aos pleitos? A hipótese é de que o voto obrigatório equaliza a participação eleitoral entre grupos mais e menos privilegiados. A análise utiliza dados de 2014 do Estudo Eleitoral Brasileiro e metodologia quantitativa com modelos de regressão logística e equação estrutural, a fim de investigar mecanismos de atuação de variáveis socioeconômicas sobre o voto voluntário através de variáveis de engajamento político. A hipótese é, em geral, confirmada, concluindo-se que há impacto da escolaridade, renda, raça e região sobre a decisão de votar, bem como que há efeitos relevantes de variáveis de engajamento sobre o voto facultativo. No entanto, os efeitos das variáveis socioeconômicas nem sempre são diretos, podendo ser mediados por variáveis individuais de engajamento, dentre as quais o interesse por política se destaca.

CAXAMBU – MG

2017

1 O presente artigo baseia-se em dissertação de mestrado de mesmo título e autoria, defendida em 24 de fevereiro de 2017 no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

Introdução

Este artigo analisa as dimensões democráticas do voto obrigatório no Brasil no que concerne à sua atuação como mecanismo equalizador do voto entre diferentes grupos sociais e, em vista disso, como promotor da igualdade política, normativamente valorizada e almejada. A instituição é recorrentemente apontada pela literatura como um fator que é responsável não somente por um aumento generalizado nas taxas de comparecimento eleitoral, mas que atua fortemente na diminuição da desigualdade de participação eleitoral (LIJPHART, 1997). Contudo, análises que envolvem variáveis ligadas ao engajamento político dos eleitores têm apontado que fatores ligados à estrutura socioeconômica do indivíduo (como a escolaridade) têm influência reduzida na probabilidade de votar se comparados às variáveis de engajamento, especialmente o interesse por política (BRADY, SCHLOZMAN & BRADY, 1995).

Com isso, o primeiro passo de nossa análise apresenta três modelos de regressão logística multivariada a fim de demonstrar como se comportam quatro variáveis estruturais (individualmente coletadas) – renda, escolaridade, raça e região de moradia – sobre a predisposição de o eleitor brasileiro votar. Problematizando os resultados da primeira etapa, discute-se como eles se relacionam com a literatura e como esta deixou caminhos abertos para a aplicação de modelos de análise que enfoquem nos mecanismos de atuação das variáveis ditas estruturais sobre o voto voluntário. Desta forma, na segunda etapa nove modelos de equação estrutural jogam luz sobre os caminhos pelos quais renda, escolaridade e raça impactam o comparecimento às urnas.

Dado que o voto obrigatório é bastante longo no Brasil, sendo aplicado desde 1934, não existem dados factuais que permitam comparar o comparecimento eleitoral dos brasileiros nos contextos de votação voluntária e obrigatória. Contudo, em virtude da relevância do tema, sua investigação não deve ser negligenciada em razão da limitação que sua própria existência impõe, uma vez que para promover uma reforma eleitoral é necessário que se tenha um panorama de suas consequências. Desta forma, o artigo baseia-se em dados contrafactuais do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2014, em que os entrevistados declaram se votariam ou não caso pudessem escolher



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

comparecer aos pleitos.

Nota-se que a valorização tanto de altas taxas de comparecimento eleitoral quanto da igualdade de participação (refletindo a igualdade política), concebendo-as como ideais democráticos, faz parte de uma visão deontológica da democracia. Desta forma, uma vez que ambos os argumentos figuram dentre os apontamentos favoráveis à norma, a relação entre o voto obrigatório e a igualdade política deve ser aprofundada e debatida. Assim, a primeira seção deste artigo apresenta os apontamentos da literatura na conexão entre ambos os temas. Em seguida, discutem-se brevemente os conceitos de igualdade política e democracia, a fim de se esclarecerem os apontamentos da primeira seção. A terceira parte do *paper* introduz os modelos de análise, sendo seguida pelos resultados e pelas considerações finais.

Universal e elitista: voto obrigatório, igualdade política e desigualdade social

O voto compulsório incentiva o comparecimento às urnas tanto por aumentar os custos da não participação quanto por geralmente vir acompanhado de outros mecanismos que diminuem os custos de votar (HELMKE & MEGUID, 2010). De fato, embora este não seja o único tipo de incentivo que leva um indivíduo aos pleitos, o voto compulsório é apontado como responsável por um aumento nas taxas gerais de comparecimento eleitoral. Elkins (2000) relata que existe certo consenso na literatura de que a regra aumenta as taxas gerais de votação, sendo este incremento em torno de 25% (JACKMAN, 1987 *apud* ELKINS, 2000). Por sua vez, Borba, Ribeiro e Silva (2015) indicam que a norma eleva em mais de 100% as chances dos latino-americanos irem votar. Já o Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) relata uma diferença de 7,37% entre as taxas de comparecimento de países que contam com o voto compulsório e os que facultam aos seus eleitores a decisão de votar.²

Argumenta-se que, embora a regra tenda a aumentar as taxas de votos inválidos, ela atua como mecanismo para contornar a apatia política (BIRCH, 2009), ao passo que diminui as taxas de abstenção eleitoral. O Gráfico 1, que utiliza dados das

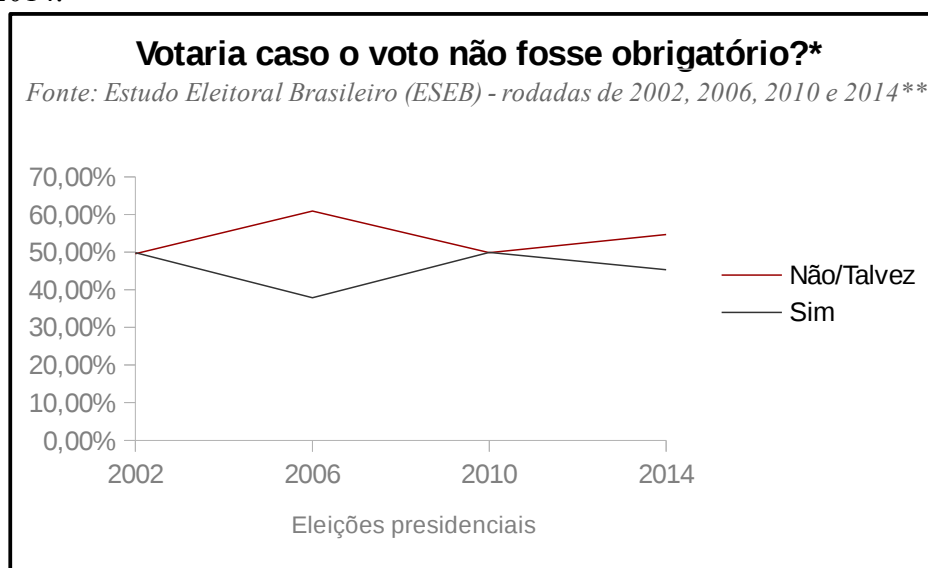
2 Outras referências de trabalhos que abordam as diferenças de taxas de comparecimento entre países que adotam o voto obrigatório e os que adotam o voto facultativo podem ser encontradas em LIJPHART, 1997.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

quatro rodadas do Estudo Eleitoral Brasileiro, mostra que, *ceteris paribus*, segundo autodeclaração dos entrevistados face a uma realidade hipotética de voto facultativo no Brasil, pode-se esperar uma expressiva diminuição no comparecimento eleitoral geral em eleições presidenciais com a introdução do voto voluntário no país.

Gráfico 1 – Comparecimento eleitoral contrafactual em eleições presidenciais, Brasil, 2002-2014.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

* As questões abordadas no questionário são: “Se o voto não fosse obrigatório o(a) Sr(a) votaria?” (2002 a 2010) e “Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?” (2014).

** Os dados de 2014 são ajustados pelo fator de ponderação da amostra.

A ideia de que um dos pontos positivos do voto obrigatório seria simplesmente por tratar-se de um incentivo à participação política está intimamente ligada a uma concepção normativa da democracia, de que o envolvimento cívico é crucial para seu bom funcionamento (HELMKE & MEGUID, 2010). Da mesma forma, é moralmente orientada a noção de que um dos princípios fundamentais da democracia é a igual consideração dos interesses e preferências de todos os cidadãos (VERBA, 2001). Segundo Verba (*op. cit*), sendo a participação política (não somente a eleitoral) o meio pelo qual os cidadãos transmitem aos governantes suas preferências e necessidades, a igualdade nesta participação é condição necessária a uma resposta igualitária por parte do governo e, portanto, à igualdade política.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

No mesmo sentido, Lijphart (1997) argumenta que igualdade e participação políticas são ideais democráticos básicos, devendo ser estimulados. Para o autor (pp.6-7), existe uma ligação lógica e empiricamente aferida entre o baixo comparecimento eleitoral e a desigualdade neste comparecimento, de maneira que esta atua como o equivalente funcional de cerceamentos legais ao sufrágio outrora existentes, de cunho discriminatório. Para Lijphart, da mesma maneira que tais cerceamentos são atualmente vistos como antidemocráticos, sendo universalmente rejeitados, padrões sistemáticos de desigualdade participativa entre os mais e menos privilegiados devem ser repelidos. O autor acredita que, por desempenhar papel equalizador, o voto compulsório pode ser interpretado como uma extensão do sufrágio universal (p.11).

Vê-se, assim, que não apenas a participação eleitoral geral é valorizada em razão de acepções normativas da democracia, mas também a participação igualitária. É neste sentido que a discussão pertinente ao trabalho liga-se à igualdade política e econômico-social, posto que o voto compulsório é apontado como instituição capaz de promover esta igualdade, uma vez que nos países onde o voto é facultativo verificam-se importantes desproporções nas taxas de comparecimento entre diferentes clivagens sociais, destacando-se o nível de escolaridade, a renda, a cor e a idade dos eleitores.

Menciona-se: 10% de diferença entre os mais e menos escolarizados no Canadá; 37% entre mais e menos escolarizados na Suíça – 1991; 18% entre eleitores regulares que têm graduação e os que têm no máximo o *High School* completo nos Estados Unidos e diferença de 25,9% entre os quintis mais altos e mais baixos de renda nos Estados Unidos, 23,2% na Finlândia e 22,4% na Hungria³. Verba, Nie e Kim (1978 *apud* LIJPHART, 1997) mencionam que a introdução do voto facultativo na Holanda acarretou, além de uma queda geral no comparecimento, um aumento no viés de escolaridade (da casa dos 90%, com baixo viés de classe, para taxas variantes entre 66% e 87% entre os grupos menos e mais escolarizados). Há também conhecida baixa de participação dos mais jovens em democracias avançadas e recentes (QUINTELIER, HOOGHE & MARIEN, 2011). Wattenberg (2007) reporta hiatos de comparecimento

3 Respectivamente: Herrmann de Oliveira (1999); Lijphart (1997); Pew Research Center (2006): Disponível em <<http://www.people-press.org/2006/10/18/who-votes-who-doesnt-and-why/>>, acesso em 25 abr 2016 e Castillo (2009).



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

que atingem 27 pontos percentuais entre eleitores com mais de 65 e menos de 30 anos. Ainda, o comparecimento eleitoral de negros é historicamente inferior ao de brancos nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2007; VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995).

Os dados secundários reportados exemplificam que, em geral, os grupos mais marginalizados são os que menos comparecem às urnas, o que gera o temor de que estes grupos não tenham visibilidade perante o governo e, por isso, o Estado tenda a não lhes ser tão responsivo quanto é aos segmentos politicamente ativos da sociedade (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995; VERBA, 2001). Conforme Herrmann de Oliveira (1999) argumenta, uma vez que a inclusão das camadas populares na agenda política ocorreu concomitantemente à sua inclusão no cenário participativo, preocupa que, estando afastados do processo cujo objetivo é escolher representantes políticos, estes grupos também possam estar distantes da pauta de formulação de políticas públicas, conforme Araújo (2007), Lijphart (1997) e Ribeiro (2013) também ressaltam.

A questão da desigualdade participativa entre grupos sociais específicos e o apontamento do voto obrigatório como mecanismo que diminui tais desigualdades é o cerne desta investigação. Nossa hipótese vai ao encontro das colocações de Lijphart (1997): o sufrágio universal não garante o *uso* universal efetivo deste direito, sendo o voto obrigatório importante mecanismo institucional para garantir seu usufruto ao promover uma participação política mais igualitária entre diferentes grupos sociais. A hipótese sugere também que a desigualdade participativa tem fonte especialmente na estrutura social em que se insere o indivíduo, sendo os socialmente menos privilegiados os mais abstenentes. Destarte, espera-se que, a despeito da universalidade do sufrágio, as taxas de votação sejam elitistas sem este incentivo institucional.

Questiona-se, portanto: se introduzido o voto facultativo, que impactos podem ser esperados sobre a democracia brasileira no que concerne, especificamente, à igualdade de participação entre diferentes grupos sociais? Ou seja: indivíduos pertencentes a que segmentos sociais teriam maior ou menor propensão a comparecer aos locais de votação num cenário de comparecimento eleitoral opcional e quais os **mecanismos** envolvidos na mobilização destes eleitores?



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

Democracia, participação e igualdade política

Definir democracia impõe uma árdua tarefa à Ciência Política, que tem sido central em seus esforços teóricos. Apesar desta dificuldade na delimitação do conceito, é válido o compartilhamento da visão mínima de democracia de Norberto Bobbio (1984): o autor acredita ser necessário, a fim de se chegar a um acordo sobre a questão, que num regime democrático se cumpram três condições, uma relativa aos *procedimentos* que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e *como* estas devem ser tomadas, outra relativa à *liberdade* que aqueles que integram o regime têm de *opinar* (e discordar) e de escolher entre distintas e reais *opções*; e outra relativa à *abrangência* daqueles que estão *inclusos* no processo de tomada de decisão ou de escolha dos responsáveis por decidir.

O autor apresenta uma definição de democracia em consonância à apresentada por Robert Dahl (1972-2005), para quem um processo de democratização consiste na popularização e liberalização do regime, de maneira que este seja, além de amplamente aberto à contestação pública, fortemente inclusivo em relação a quem participa da tomada de decisões vinculadas ao todo. Concentrando-se no aspecto da inclusividade, Bobbio (1984, p.19) argumenta que “quando se diz que no século passado ocorreu em alguns países um contínuo processo de democratização quer-se dizer que o número dos indivíduos com direito ao voto sofreu um progressivo alargamento”. Nota-se que, embora não suficiente, a ampla participação é considerada condição necessária à democracia, de maneira que o voto, via tradicional de participação política, assume papel central na manutenção do regime (KAHN, 1992).

Verba, Schlozman e Brady (1995) e Verba (2001) argumentam que a participação política está no coração da democracia, pois provê mecanismos pelos quais os cidadãos podem transmitir informações sobre seus interesses, preferências e necessidades, e podem gerar pressão para serem atendidos. A participação eleitoral, apesar de ser a modalidade mais igualitária de participação política, não está livre de ser enviesada (LIJPHART, 1997). Porém, trata-se da atividade política mais facilmente compelida à execução, através do voto compulsório (LIJPHART, 1997; VERBA, 2001). Contudo, cabe questionar: por que se desejam altos níveis de participação



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

eleitoral? Lijphart (1997, p. 2) aduz que “baixas taxas de comparecimento eleitoral significam comparecimento desigual e socioeconomicamente enviesado”⁴, o que leva a outra questão, também suscitada por Verba⁵: por que desejar um comparecimento eleitoral igualitário? A fim de respondê-la, algumas definições e conceitos devem ser primeiramente apresentados. São eles os conceitos de participação e igualdade política.

Por *participação política*, Verba, Schlozman e Brady (1995) entendem uma atividade cuja intencionalidade ou consequência for, direta ou indiretamente, afetar a ação governamental (impactando a elaboração de políticas ou compondo o quadro dos que as elaboram). Embora os autores tratem de uma visão mais ampla de participação política, retirando o foco de seu aspecto eleitoral, alguma atenção é dada a esta modalidade de atividade, que é caracterizada como singular em relação às demais. O voto, segundo eles, tem especial – e merecida – atenção nos estudos de comportamento político, uma vez que se trata da atividade política mais simples e comum, além de ter retorno claro por parte da elite política. Além disso, os eleitores são os participantes políticos mais representativos da população como um todo e o voto é apontado como a atividade política mais igualitária, já que cada eleitor tem um, e apenas um, voto.

Neste sentido, Verba (2001, p. 2) define *igualdade política* como a medida em que os cidadãos têm voz igual sobre as decisões governamentais. Porém, o autor alerta que a conceitualização da igualdade participativa impõe dificuldade, uma vez que pode estar relacionada a diferentes aspectos, como a bens (educação, renda ou saúde), ou à igualdade entre indivíduos ou grupos. A igualdade política também pode ser calculada com base em diferentes medidas e critérios, de formas e versões diversas. Difere-se, ainda, o volume de atividade que cada modalidade de participação política permite e como os resultados obtidos devem ser computados. Além disso, varia consideravelmente a especificidade e a clareza das informações que podem ser transmitidas aos governantes em relação aos interesses e necessidades dos cidadãos. Vê-se com isso que a participação política, além de variadas formas de expressão, tem consequências diversas (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995; VERBA, 2001).

4 Tradução livre de “low voter turnout means unequal and socioeconomically biased turnout”.

5 O título do trabalho de Verba (2001) indaga: “*Political equality: what is it? Why do we want it?*”. Ou seja: o que é igualdade política e porque a desejamos?



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

A dificuldade em definir igualdade política se complexifica à medida que se analisam formas de participação “mais intensivas” (LIJPHART, 1997, p.2), para além o voto, em que *quem está falando* faz diferença no resultado final, uma vez que a participação não se dá anonimamente. O voto tem sido, por isso, apontado como a forma mais equalizadora de participação, a despeito da complexidade de definição da igualdade participativa. Ressalta-se, no entanto, que ele tem suas próprias formas de distorção da igualdade entre os cidadãos (VERBA, 2001; VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995), que também merecem análise cuidadosa. Desta forma, a desigualdade política relacionada ao voto impõe menores dificuldades de definição, dado que não se liga ao volume de ação ou à especificidade da comunicação com os governantes, mas às características estruturais, demográficas e atitudinais de quem participa.

Verba, Schlozman & Brady (1995) argumentam que se as pessoas que não participam politicamente fazem-no livremente, por mera falta de interesse pela política, a democracia não corre risco. Apesar de não problematizarem a questão da mera falta de interesse por política (cuja raiz pode estar fincada em desigualdades socioeconômicas), os autores trazem à tona a ideia de que as diferenças nas taxas de participação política relacionam-se a recursos distintos. Assim, para eles, se todos são livres para participar politicamente, mas alguns indivíduos (ou grupos de indivíduos) não o fazem em decorrência de diferentes reservas de recursos necessários para fazê-lo, qualquer desigualdade nas respostas dos governantes à demandas populares é injusta. O pano de fundo da discussão é, portanto, a existência da desigualdade de recursos, pois se o desinteresse por política for isento de tais desigualdades, a apatia de alguns não apresenta risco à democracia.

Os autores argumentam, ainda, que as bases da desigualdade participativa têm implicações na política, uma vez que a propensão a votar ou participar politicamente de outra maneira não diz respeito apenas às características individuais daqueles que participam, mas está ligada também à distribuição de benefícios culturais, econômicos e sociais que não são aleatoriamente distribuídos. Ou seja, a investigação da estrutura social do indivíduo pode revelar as bases e os mecanismos da (in)atividade política. Conforme Lazarsfeld (1966, p. 297) destacou:



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

Não devemos estar preocupados em explicar a decisão individual do voto, mas em dar conta das diferenças nas taxas de votos, se elas mostrarem variações consistentes em diferentes grupos sociais (*apud* FIGUEIREDO, 1991, p. 41).

Todavia, a despeito das definições apresentadas, ainda resta o questionamento sobre o porquê de se desejar a igualdade política. Verba (2001) conclui que a igualdade política é valiosa por si mesma, à medida que dá um senso de pertencimento à comunidade política, o que leva a um segundo ponto: a igualdade política cria comunidades à medida que envolve iguais, em conexões horizontais, em ações cuja finalidade é um objetivo coletivo. Além disso, ela cria legitimidade, em que pese que a obediência a normas coletivas está vinculada à concordância da comunidade aos procedimentos de escolha de tais regras – argumento empiricamente investigado por Birch (2009), com resultados confirmatórios. Aponta-se também que existe um caráter pedagógico relacionado à participação política (DALLARI, 2013; ELKINS, 2000; KAHN, 1992; LIJPHART, 1997; RIBEIRO, 2013; VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995). Verba ainda evidencia que a igualdade política é importante porque promove igualdade na proteção de demandas, já que estas serão expressas por todos (ou quase) na comunidade, não havendo um desequilíbrio na apresentação de interesses e necessidades ao governo. Assim, estima-se o aumento da igualdade na responsividade do governo às reivindicações da população.

Nota-se, a partir do exposto, que a discussão a respeito da participação política, seja em sua versão tradicional (eleitoral) seja nas modalidades menos convencionais, está ligada a discussões acerca dos princípios da democracia. Não obstante, nem sempre os apontamentos éticos do debate são favoráveis à regra sob análise. Em termos gerais, a discussão acerca do voto obrigatório se divide em dois espectros: um moralmente orientado, relacionado aos princípios da ação de votar, e outro consequencialista, relativo aos efeitos práticos de cada modalidade do voto. Em ambos os espectros apresentam-se argumentos favoráveis e desfavoráveis à norma. As principais críticas ao voto compulsório se distribuem entre ambas as esferas de discussão, ao passo que a defesa da regra se concentra no aspecto moral do debate. Em



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

desapoio à obrigatoriedade do comparecimento destacam-se os argumentos relativos à concepção do voto (este é um direito, e não um dever), à qualidade dos votos obtidos em virtude de compelimento ao invés de mobilizados por interesse espontâneo, e ao aumento de votos brancos e nulos com a aplicação da regra. Já o apoio à norma é destacadamente argumentado com base na promoção da igualdade de participação entre grupos sociais, em especial os mais e menos privilegiados economicamente. A notoriedade do argumento se dá tanto na face ética quanto na face prática de discussão.

Expostas as definições concernentes à visão do voto obrigatório como promotor da igualdade de participação, passemos à descrição de nossos modelos de análise.

Modelos de Análise

Como mencionado, as análises do artigo baseiam-se em dados do ESEB⁶ de 2014⁷, sendo a variável dependente a recodificação das respostas à pergunta “Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?”, em Não/Talvez (0) e Sim (1). A questão original admite cinco respostas: “Sim”, “Não”, “Talvez/Depende”, “Não Sabe” e “Não Respondeu”, tendo sido as duas últimas categorias consideradas valores *missing*. Tais opções se deram baseadas na ideia de que o voto é uma atividade socialmente desejável e na constatação de que há uma tendência à sobre-representação em *surveys* de comparecimento eleitoral (BELLI et al., 1999; BERNSTEIN et al., 2001; JACKMAN, 1997; RENNÓ et al., 2011). Por isso, assume-se uma postura mais conservadora, considerando-se razoável supor que o indivíduo que responde “Talvez/Depende” esteja se sobre-representando. Em relação às respostas “Não Soube” e “Não Respondeu”, não se constatou sistematicidade em

6 *Survey* pós-eleitoral aplicado nacionalmente em anos de eleições presidenciais desde 2002. Seus pontos de investigação dizem respeito a temas como participação política, avaliação de instituições, exposição à mídia, interesse por política, informação política, apoio à democracia, identificação partidária, sentimento de eficácia e ideologia política.

7 A rodada de 2014 conta com amostra nacional, probabilística e representativa, de 2506 entrevistas. Contudo, o estudo elaborou uma subamostra em São Paulo composta de 630 entrevistas. Com isso, a subamostra de São Paulo chegou a 1.204 casos e a amostra total (nacional) foi composta por 3136 observações. Em vista disso, as análises foram ponderadas para que houvesse representatividade proporcional do país em relação ao universo de São Paulo, sobre-representado na amostra.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

sua ocorrência, que representa somente de 2,82% do total de respostas (considerando-se o peso amostral).⁸

Conforme supracitado, três modelos de regressão logística e nove modelos de equação estrutural foram elaborados a fim de testar a hipótese apresentada. Os modelos de regressão logística multivariada testaram o impacto de:

- I. variáveis relativas à estrutura socioeconômica do indivíduo sobre suas chances de votar: renda, escolaridade, região do país de moradia e raça (Modelo 1);
- II. adicionalmente: variáveis sociodemográficas – sexo e idade (Modelo 2);
- III. além das mencionadas, variáveis relativas ao engajamento político: interesse por política, afinidade partidária, sentimento de eficácia interna e externa, apoio ao regime democrático, satisfação com o funcionamento da democracia e avaliação da presidenta da República (Modelo 3).

As variáveis explicativas e de controle utilizadas nas referidas análises seguem especificadas e discutidas:

- **Renda**

Embora as variáveis que correspondem à estrutura social de um indivíduo no Brasil vão além do caráter estritamente econômico da renda e de sua relação com a escolaridade, estas são, possivelmente, as variáveis mais destacadas pela literatura que analisa o perfil dos eleitores voluntários (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995). Rosenstone (1982) apresenta importantes impactos da adversidade econômica, da renda e da condição do indivíduo no mercado de trabalho (se desempregado ou não) sobre a probabilidade de votar nos Estados Unidos. Em 1980 o autor já havia discutido, junto a Wolfinger, o papel de fatores socioeconômicos, bem como da idade, sobre a decisão de ir votar (QUINTELIER, HOOGHE & MARIEN, 2011).

De fato, se a intenção é analisar o impacto da estrutura social do indivíduo sobre a decisão de votar, a renda é uma das principais variáveis mobilizadas (ELKINS, 2000; KRISHNA, 2008; QUINTELIER, HOOGHE & MARIEN, 2011; ROSENSTONE, 1982). Contudo, Rosenstone (1982, pp. 36-38) argumenta que, depois

⁸ Uma tabela com as frequências absoluta e relativa (ponderada) da variável pode ser encontrada nos anexos.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

de atingir uma mediana, a renda não apresenta diferença à medida que continua a crescer. Ou seja, depois que o indivíduo atinge certo nível de renda, seu aumento não provoca mudanças em relação à decisão de votar.

Baseando-nos em tais apontamentos, a variável renda foi recategorizada de sete para quatro categorias, sendo as últimas três faixas de renda englobadas na categoria “a partir de cinco salários mínimos”, uma vez que seu comportamento era semelhante frente à opção de votar. As repostas “não sabe” e “não respondeu” foram consideradas dados *missing*. Nota-se que a renda é usualmente dividida em quintis a fim de viabilizar a comparação entre mais e menos ricos. Contudo, a indisponibilidade da variável em versão contínua impossibilitou este manuseio.⁹

- ***Escolaridade***

A escolaridade também é utilizada como medida de status socioeconômico (*SES*), embora Rosenstone (1982) alerte que, quando trabalhadas em conjunto, as três usuais variáveis referentes ao *SES* (renda, ocupação e escolaridade) têm efeitos bastante distintos. Converse (1972) destaca o papel desta variável, considerando-a como “solvente universal” da participação política, sendo mais participativos os cidadãos mais escolarizados¹⁰.

No manuseio da variável, as dez categorias originais foram reagrupadas em quatro. Primeiramente, os analfabetos foram desconsiderados, uma vez que não haverá mudança institucional para esta parcela da população, que já conta com o voto facultativo, e nossa proposta é avaliar o impacto da alteração da norma do voto obrigatório no Brasil. Além disso, a amostra do ESEB é composta por eleitores registrados, o que significa que os analfabetos nela constantes são os que decidiram espontaneamente ter o título de eleitor e estarem hábeis a votar. Ou seja, a amostra é formada por cidadãos predispostos ao voto facultativo e, por isso, enviesada. Posteriormente, a recategorização uniu aqueles que tiveram contato com determinado grau de escolaridade, completando-o ou não. Finalmente, a última categoria engloba

9 Consta no Anexo uma tabela com as frequências da variável.

10 “Education is everywhere the universal solvent, and the relationship is always in the same direction. [...] The educated citizen is attentive, knowledgeable, and participatory and the uneducated citizen is not” CONVERSE (1972, p. 324).



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

indivíduos que têm grau de escolaridade igual ou superior ao ensino universitário, resumindo três categorias da variável original.¹¹

- **Raça**

O Brasil é um país com severa divisão racial, dado que os negros são vistos como hierarquicamente inferiores aos brancos (FERNANDES, 2008). A cor ou raça é uma variável importante da estrutura social dos brasileiros e está fortemente vinculada ao status socioeconômico no país, conforme o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil¹² evidencia. Paixão (2010, pp. 27-28) pondera que “os indígenas não formam, sociologicamente, nem um grupo de cor e, tampouco, um grupo de raça”, e que “seria mais apropriado defini-los como grupos étnicos”, muitas vezes excluindo da análise as categorias “indígenas” e “amarelos”, presentes no censo do IBGE. Contudo, o autor argumenta que, no Brasil, desvantagens estruturais cercam os “portadores das marcas raciais negras e indígenas”, evidenciando a existência de discriminação em relação a atributos físicos que abrangem a população fora do grupo “brancos”.

Em vista disso, bem como tendo-se em vista que o intuito desta pesquisa é trabalhar com desigualdades estruturais sobre o voto, optou-se por reunir pretos, pardos, indígenas e amarelos na mesma categoria: “não-brancos”. Entende-se que todos os pertencentes a este grupo sofrem de um afastamento da condição de privilégio dos brancos. Para os fins desta pesquisa, entende-se que o agrupamento estabelecido consegue alcançar o propósito de evidenciar as diferenças entre grupos mais e menos privilegiados socioeconomicamente quanto ao seu comportamento eleitoral. Espera-se que, por estarem em posições distintas na estrutura social, brancos e não-brancos tenham diferentes necessidades a serem atendidas pelos governantes, diferentes posicionamentos em relação à política e, por isso, possam vir a se comportar diferentemente quanto à decisão de votar. Optou-se por utilizar a autodeclaração com base nas categorias do IBGE por entender-se que a dimensão subjetiva da interpretação de sua própria cor é a que impacta o comportamento dos cidadãos através de sua visão

11 No Anexo, uma tabela mostra as frequências da variável utilizada nos modelos testados.

12 Este relatório é baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional em Domicílios (PNAD), do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

de mundo e de si mesmos.¹³

- ***Região***

O Brasil está dividido em cinco regiões que ocupam, historicamente, diferentes posições na economia e têm diferentes composições sociais (MONTEIRO NETO, 2014). Além disso, Power (2009) destaca a importância de se analisar regionalmente o impacto da norma do voto obrigatório, pois o preceito equalizador de Lijphart (1997) em termos individuais poderia não se estender ao nível regional agregado. O autor, a partir disso, analisa a variação “intranorma” no Brasil, a que ele chamou de “*principle of varying 'compulsoriness'*” existente em determinados sistemas de voto obrigatório (POWER, 2009, p. 116).¹⁴

- ***Sexo e Idade***

As variáveis sociodemográficas sexo e idade são mobilizadas como controles nos Modelos 2 e 3, sendo o voto obrigatório apontado como alternativa institucional de correção de hiatos de participação relativos às duas variáveis, existentes quando o voto é voluntário (QUINTELLIER, HOOGHE & MARIEN, 2011; WATTENBERG, 2007).

Sexo tem “mulheres” como categoria de referência e a variável idade é contínua.¹⁵ Nota-se que os menores de 18 e maiores de 70 anos foram excluídos da análise pela mesma razão da exclusão dos analfabetos: para eles o voto já é facultativo.

- ***Variáveis ligadas ao engajamento político***

Mobilizam-se três variáveis de engajamento político mencionadas por Verba, Scholzman e Brady (1995): nível de interesse por política, eficácia política subjetiva e afinidade partidária. A quarta variável de engajamento analisada pelos autores (sofisticação política) não consta no banco de dados. A variável de ligação entre eleitores e partidos mobilizada é relacionada à simpatia e afinidade partidárias, e não a

13 No Anexo podem-se conferir as frequências da variável raça.

14 As frequências absoluta original e relativa ponderada apresentam-se no Anexo.

15 Com o propósito de oferecer uma visualização da distribuição da variável, apresentam-se, no Anexo, as frequências absoluta e relativa (ponderada) da variável como categórica.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

uma ligação cognitiva. Braga e Pimentel Júnior (2011) argumentam que esta é uma interessante alternativa à medida clássica de identificação partidária, que questiona se algum partido representa a maneira como o cidadão pensa, pois este tipo de relação é fraca entre os brasileiros. Por sua vez, a afinidade partidária (identificação afetiva com um partido) atuaria como um bom atalho para interpretar a política.

A eficácia política externa também foi incorporada à análise. A partir do entendimento de que os indivíduos agem racionalmente na política (DOWNS, 1957-1999), espera-se que tanto o sentimento de que seu voto impacta as decisões governamentais (eficácia interna) quanto o de que o governo pode ou não ser responsivo às demandas populares, importando quem governa o Brasil (eficácia política externa), acresçam o valor infinitesimal do voto. Assim, entende-se que o sentimento de eficácia externa também deve ser levado em consideração na análise dos preditores da decisão de votar voluntariamente como fator de engajamento político.

Outra variável abordada no modelo corresponde à avaliação do governo da presidenta em exercício. Pode-se esperar que avaliações menos moderadas do governo impactem positivamente a decisão de votar, uma vez que a historiografia do voto obrigatório revela que sua adoção teve grande base na busca por levar eleitores ideologicamente moderados aos pleitos (BIRCH, 2009). Espera-se que um cidadão insatisfeito com a atuação do governante tenha um interesse mais intenso em retirá-lo do cargo e, por isso, suas chances de votar sem ser obrigado sejam maiores.

Finalmente, a fim de controlar o apoio à democracia em seus moldes ideais (mais difuso) e empíricos (mais específico), de acordo com as dimensões apontadas por Norris (1999), duas variáveis foram mobilizadas: uma relativa ao apoio ao regime democrático e outra relativa à satisfação com seu funcionamento.

- ***Modelos de equação estrutural (structural equation modelling - SEM)***

Os SEM apresentam vantagens em relação a outras técnicas de análise porque, através deles, uma série de relações de dependência pode ser simultaneamente analisada. Tais modelos são úteis quando o pesquisador se interessa por questões inter-relacionadas, com variáveis interdependentes (HAIR et al., 2014). Nos SEM uma



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

variável pode, ao mesmo tempo, ser dependente em relação a determinada variável e explicativa em relação a outra, uma vez que ocorrem simultaneamente uma série de regressões múltiplas interdependentes, podendo-se decompor efeitos diretos e indiretos de uma sobre outra (CARRASCO GUTIERREZ, 2005).

Os modelos de equação estrutural mostraram-se interessantes para o teste de nossa hipótese em razão de, nos modelos de regressão logística, a inserção de variáveis relacionadas ao envolvimento do indivíduo com a política ter reduzido o efeito e a significância estatística de algumas variáveis relacionadas à estrutura econômico-social destes indivíduos, assim como ocorreu nas análises de Verba, Schlozman e Brady (1995). Diante de tais resultados que desafiam a literatura do comportamento eleitoral, os autores chegam a mencionar que a análise de variáveis de engajamento como intervenientes entre o *SES* e a predisposição ao voto voluntário pode demonstrar com maior clareza a maneira pela qual o status socioeconômico afeta o voto (p. 360):

When the measures of political engagement are omitted from the equation, education is a strong predictor of voting. In short, the inclusion of the intervening role of political engagement specifies more clearly the way in which education affects voting. **The effect is not direct, but occurs through engagement**¹⁶.

Contudo, os autores acabam por concluir que “o que mais importa para ir às urnas não são os recursos disponíveis aos eleitores, mas, na verdade, suas orientações cívicas, especialmente seu interesse por política” (p. 361). Desta forma, fica aberta a possibilidade e necessidade de investigação do papel mediador das variáveis de engajamento político entre os fatores estruturais e a decisão de votar, considerando-se que os modelos logísticos possam obnubilar o teste da hipótese de que fatores de desigualdade socioeconômica impactam a probabilidade de votar. Portanto, incorpora-se a hipótese de que a estrutura socioeconômica impacta tanto a decisão de votar (*diretamente*) quanto aspectos individuais de engajamento e atitudes cívicas, que, por sua vez, também impactam a probabilidade de votar sem ser obrigado (havendo, assim, um efeito *indireto* da estrutura social sobre o voto). Neste sentido, espera-se que as variáveis de engajamento atuem como dependentes em relação às socioeconômicas e,

16 Grifo próprio.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

concomitantemente, como explicativas em relação à decisão de votar, agindo como **mecanismos** de atuação da estrutura social.

Destarte, nossos modelos de equação estrutural procuraram analisar se e como a renda, a escolaridade e a raça agem através do interesse por política, da afinidade partidária e da eficácia política, variáveis de engajamento mencionadas por Verba, Schlozman e Brady (1995). Uma vez que a eficácia interna não apresenta significância estatística no modelo logístico em que é analisada, não há sentido em investigá-la como mediadora de uma variável anterior. Neste caso, a eficácia política externa foi incorporada à análise, posto que pode-se supor que grupos marginalizados socialmente possam vir a considerar que a responsividade do governo às suas demandas é baixa. Ou seja, espera-se que a situação de desprivilégio possa impactar o sentimento de eficácia externa, que, por sua vez, tende a impactar a decisão de votar.

Resultados e discussão

- *Regressões logísticas*

Tabela 1 – Resultados, em razão de chance, dos modelos de regressão logística referentes à hipótese principal, Brasil, 2014.

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Dependente:			
“Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?”			
“Não/Talvez” (0 – referência); “Sim” (1).			
Renda: Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo)	Referência	Referência	Referência
De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)	1.048105 (.1668017)	.9600271 (.1598824)	.9600044 (.182083)
De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00 (mais de 2 até 5 salários mínimos)	1.330117* (.2039024)	1.230489 (.1982943)	1.177656 (.2136772)
A partir de R\$ 3.621,00 (mais de 5 salários mínimos)	1.847069*** (.3462295)	1.672663*** (.3280976)	1.420394 (.3134096)
Escolaridade: Primário incompleto ou completo	Referência	Referência	Referência
Ginásio incompleto ou completo	.8016331* (.1037551)	.9419109 (.1325928)	.8919198 (.1490946)
Colegial incompleto ou completo	.8950891 (.1057425)	1.164533 (.1607654)	1.079301 (.1727474)
Universitário incompleto ou completo, com pós-graduação ou mais	1.427034** (.2087985)	1.889486*** (.3108606)	1.702419*** (.3201612)
Região: Sudeste	Referência	Referência	Referência
Norte	1.655008*** (.2876317)	1.739688*** (.3083936)	1.270368 (.2499372)



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Nordeste	2.367258*** (.2746551)	2.521812*** (.3050363)	1.928204*** (.2654515)
Sul	1.73328*** (.2283351)	1.720653*** (.2351816)	1.52665*** (.2352084)
Centro-Oeste	.9446916 (.1915424)	1.000023 (.2083059)	.8579193 (.2038929)
Raça: Não-brancos	Referência	Referência	Referência
Branco	1.297886*** (.1235947)	1.231303** (.121326)	1.270623** (.1435561)
Sexo: Mulheres	-	Referência	Referência
Homens	-	1.268552*** (.1146017)	1.183897 (.1223882)
<i>Idade</i>	-	1.013577*** (.003717)	1.010617** (.004276)
Interesse por política: Pouco ou nada interessado	-	-	Referência
Muito ou algo interessado	-	-	2.24773*** (.2479312)
Eficácia Política Interna: Nosso voto não influencia o que acontece no Brasil	-	-	Referência
Nosso voto influencia o que acontece no Brasil	-	-	1.134833 (.1663519)
Identificação Partidária: Sem identificação	-	-	Referência
Com identificação	-	-	1.780988*** (.1890712)
Satisfação com o funcionamento da democracia: Pouco ou nada satisfeito ou indiferente	-	-	Referência
Muito ou algo satisfeito	-	-	1.825242*** (.1930947)
Apoio ao regime democrático: Democracia nem sempre é melhor	-	-	Referência
Democracia é sempre melhor	-	-	1.488846 *** (.182967)
Avaliação do Governo Dilma: Regular, Ruim ou Péssimo	-	-	Referência
Bom ou Ótimo	-	-	1.581069*** (.169008)
Eficácia Política Externa: Não faz diferença quem governa o Brasil	-	-	Referência
Faz diferença quem governa o Brasil	-	-	1.415245** (.2069995)
<i>Constante</i>	.4271819*** (.0740307)	.194441*** (.0517725)	.0581731*** (.0197475)
Prob > F	0.4205	0.9728	0.4305
<i>Número de observações</i>	2555	2440	2092

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) – 2014.

* $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Erro padrão entre parênteses.¹⁷

17 A análise do fator de inflação da variância (*Variance Inflation Factor – VIF*), que examina o quanto dos coeficientes da regressão são inflacionados pela correlação linear entre as variáveis preditoras,



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

No Modelo 1, convertendo-se as razões de chance apresentadas em percentuais de razão de chance, temos alguns efeitos esperados e outros bastante inesperados. Aqueles que têm renda mais elevada, como se esperava, têm incremento positivo em suas chances de votar sem serem obrigados. Assim, indivíduos cuja renda está entre 2 e 5 salários mínimos têm 33,01% a mais de chances de votar em relação àqueles cuja renda é inferior a 1 salário mínimo. Da mesma maneira, o aumento da renda para mais de 5 salários mínimos incrementa em 84,7% as chances de votar em relação a uma renda de até 1 salário mínimo, mantendo-se tudo o mais constante.

Contudo, ao contrário do que se esperava, o aumento dos níveis de escolaridade nem sempre representa crescimento nas chances de votar em contexto facultativo. Aparentemente é o contato com o nível superior de estudos que apresenta impacto mais significativo e positivo. Em relação aos indivíduos que têm apenas o ensino primário, seja completo, seja incompleto, aqueles com ginásio completo ou incompleto têm menos 19,84% de chances de votar, enquanto os que tiveram algum contato com o ensino universitário têm incremento de 42,7% em suas chances de comparecer às urnas caso o voto seja facultativo, *ceteris paribus*.

No que diz respeito à variável região, ao contrário do que se podia esperar, moradores das regiões Norte e Nordeste têm incrementos expressivos em suas chances de votar em relação aos do Sudeste. Respectivamente, há 65,5% e 136,73% a mais de chances de que moradores dessas regiões votem em eleições presidenciais em caso de abolição do voto obrigatório no Brasil, em referência aos moradores do Sudeste. De maneira não tão surpreende, mas ainda expressiva, os moradores da região Sul têm 73,33% a mais de chances de votar facultativamente do que moradores do Sudeste, todas as outras variáveis sendo mantidas constantes.

Por fim, conforme esperado, indivíduos que se consideram brancos na escala do IBGE têm 29,79% mais chances de votar voluntariamente do que aqueles que não se identificam como tal, estando as demais variáveis fixas.

verificando a existência de multicolinearidade entre as variáveis dos modelos, apresentou todas as categorias das variáveis, bem como as médias de cada modelo, com valor aceitável (<10), sugerindo não haver impedimento no uso concomitante das variáveis explicativas abordadas.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

No segundo modelo, temos que: ter uma renda maior ou igual a 5 salários mínimos aumenta em 67,27% as chances de o indivíduo votar em relação a quem tem renda inferior a 1 salário mínimo. Da mesma maneira, ter algum contato com o ensino universitário aumenta em 88,95% as chances de votar voluntariamente em relação a ter o ensino primário completo ou incompleto. Com os controles sociodemográficos, habitar na da região Norte passou a significar um acréscimo de 73,97% nas chances de votar de maneira facultativa, na região Nordeste esse acréscimo é de 152,18% e no Sul de 72,06%, todas em relação à região Sudeste. Os indivíduos autodeclarados brancos têm 23,13% a mais de chances de votar em eleições presidenciais caso o voto facultativo seja introduzido do que aqueles que se declaram como não pertencentes a este grupo. Em relação aos controles, observa-se que homens apresentam 26,85% a mais de chances de votar em contexto facultativo do que as mulheres. Já em relação à idade, cada ano a mais representa aumento de 1,36% nas chances de votar voluntariamente.

Quando o Modelo 3 é analisado, a perda de significância da categoria 3 da renda, da região Norte e do gênero, além da diminuição nos efeitos de algumas variáveis, parecem fazer supor que as variáveis de engajamento são as principais preditoras do voto voluntário no Brasil. Destas, apenas a eficácia política interna não teve efeito estatisticamente significativo.

O contato com o ensino superior manteve sua significância, mas teve queda em seu efeito, apresentando um acréscimo de 70,24% nas chances de votar em relação aos indivíduos que têm o ensino primário incompleto ou completo. Habitantes das regiões Nordeste e Sul têm, respectivamente, mais 92,82% e 52,66% de chances de comparecer às urnas sem serem obrigados, em relação aos habitantes do Sudeste. A variável respectiva à raça dos indivíduos apresentou efeito de 27,06% de aumento nas chances de votar dos brancos em relação aos que não se declaram pertencentes a este grupo. E, por fim, a variável idade apresentou efeito positivo de 1,06% de chances ao ano. Cada resultado leva em consideração as demais variáveis mantidas constantes.

Tratando-se dos controles do Modelo 3, temos um efeito de 124,77% no aumento das chances de votar se o indivíduo tiver interesse por política. Se ele gostar



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

de algum partido, suas chances de votar são 79,1% maiores do que se não gostar. Porém, deve-se notar que, conforme visto na tabela de frequência da variável apresentada no Anexo 1, a parcela da população brasileira que tem afinidade por algum partido é bastante reduzida. Em relação à satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil e ao apoio dos cidadãos ao regime democrático, mais uma vez os resultados condisseram com o que era esperado. O cidadão satisfeito com a democracia brasileira tem 82,52% a mais de chances de votar, enquanto aqueles que apoiam a democracia têm 48,9% a mais de chances de comparecer às urnas voluntariamente. Já em relação à avaliação do Governo Dilma, poder-se-ia esperar que a intensidade de preferência daqueles que não o avaliam bem pudesse incentivá-los a ir aos pleitos sem serem obrigados a tanto. Porém, os que melhor avaliam o governo mostram acréscimo de 58,1% nas chances de fazê-lo. Finalmente, conforme se previa, indivíduos com sentimento de eficácia política externa têm mais 41,52% de chance de comparecer eleitoralmente em caráter facultativo.

A partir da análise dos modelos de regressão, parecemos caminhar rumo à conclusão de que, embora impactantes nas chances de votar voluntariamente, especialmente quando analisadas isoladamente, as variáveis relativas à estrutura social dos indivíduos não têm a força preditiva de variáveis de cunho individual, especialmente o interesse que o cidadão tem por política, sua satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil, e a afinidade que ele pode ter com algum partido político. Desta forma, em caso de abolição do voto obrigatório, poderíamos, digamos, respirar aliviados em relação a ameaças à igualdade política, pois fatores de cunho individual seriam capazes, em certa medida, de balancear diferenças estruturais que conformam grupos sociais. Mesmo que não anulando os efeitos de fatores estruturais, os fatores individuais teriam destaque na predição da decisão de votar, podendo minimizar as consequências do *gap* participativo socioeconômico.

Conforme supramencionado, Verba, Schlozman e Brady (1995) chegam à conclusão de que, nos Estados Unidos, o voto seria uma modalidade de participação política em que haveria impacto reduzido de variáveis relativas ao status socioeconômico (*SES*) do indivíduo, a que chamamos aqui de variáveis estruturais.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

Com exceção da variável renda, a participação eleitoral se destacaria dentre outras formas de participação política por ser menos desigual. De maneira semelhante ao que ocorreu nos testes apresentados, os autores mencionam que a inclusão de variáveis que de engajamento político no modelo acarretou perda na significância dos efeitos da escolaridade sobre a decisão de votar. No caso de nossos achados, a perda de significância ocorreu especialmente com as categorias da variável renda.

Entretanto, os autores também mencionam que os modelos de regressão em que tais variáveis individuais foram omitidas apresentaram forte impacto da educação sobre a decisão de votar. Nas análises aqui apresentadas, percebem-se resultados próximos, já que no Modelo 1 todas as variáveis estruturais apresentaram significância estatística, ainda que não para todas as categorias. Partindo disso, como mencionado, os próprios autores declaram que a adição de tais variáveis num modelo em que assumam um papel **interveniente** entre o *SES* e a predisposição ao voto pode demonstrar com maior clareza a maneira pela qual a educação afeta o voto. Outrossim, analisar a ação de variáveis individuais como **mecanismos** de atuação de variáveis socioeconômicas sobre a participação eleitoral vai ao encontro dos objetivos deste trabalho, bem como auxilia no teste da hipótese apresentada.

- ***Modelos de Equação Estrutural***

O presente trabalho utilizou o pacote “*medeff*”, desenvolvido por Hicks e Tingley, que apresenta como vantagem, além da possibilidade do uso de variáveis dicotômicas, o cálculo resumido da proporção mediada do efeito total. Além disso, o pacote também permite o cálculo da razão entre os efeitos indiretos e diretos, e entre os efeitos totais e os diretos. A opção utilizada viabiliza também a inserção do peso amostral nas análises. Em todos os modelos testados, além das variáveis de interesse, mediadora e de tratamento, as variáveis presentes no Modelo 3 foram controladas.

As tabelas 2, 3 e 4, a seguir, apresentam os efeitos padronizados de impacto direto, indireto e total da variável de tratamento sobre a dependente, bem como a proporção do efeito total que é mediada por cada uma das variáveis mediadoras (interesse por política, partidatismo e eficácia política externa). Cada tabela resume os



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

resultados de três modelos estruturais para uma mesma variável de tratamento (renda, escolaridade e raça). A variável de interesse é sempre votar ou não voluntariamente.

Tabela 2 – Efeitos padronizados da escolaridade sobre o voto voluntário, obtidos a partir dos três modelos de equação logística estrutural que têm como variáveis mediadoras o interesse por política, a eficácia política externa e a afinidade partidária, Brasil, 2014.

Efeito	Variável mediadora	Interesse por política	Eficácia Política Externa	Partidarismo
Efeito direto		.0365066*	.0365651*	.0365893*
Efeito indireto		.0079051*	.0008814	-.0012161
Efeito Total		.0442462*	.0374271*	.0353374*
Proporção mediada do efeito total		.1755273* (17.5%)	.0228596* (2.3%)	-.034195 (-3.42%)
Razão entre os efeitos indireto e direto		.21653893 (21.65%)	.02410495 (2.41%)	-.03323649 (-3.32%)
Razão entre os efeitos total e direto		1.2120055 (121.2%)	1.0235744 (102.36%)	.96578508 (96.58%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), 2014.

* Significativo a 95% de confiança.

A análise da Tabela 2 mostra que 17,5% do efeito da escolaridade sobre o voto é mediado pelo interesse por política, um percentual bastante substantivo e que conta com significância estatística. Por seu turno, o cálculo da razão entre os efeitos indireto e direto permite concluir que aquele acrescenta em 21,65% o efeito deste. Ou seja, o efeito total da escolaridade é substantivamente maior do que seu efeito direto e é consideravelmente mediado pelo interesse por política.

Já em relação à eficácia externa, os resultados sugerem que existe significância apenas no efeito direto da escolaridade, mas não no indireto. Além disso, embora o efeito total seja estatisticamente significativo, assim como a proporção desse efeito que é mediada pela eficácia externa, ambos os valores são reduzidos. Apenas 2,3% do efeito total da escolaridade passaria pelo sentimento de eficácia externa, ao passo que o efeito direto só seria acrescido em 2,41% com o efeito indireto cujo caminho passasse pela variável mediadora em questão.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

No mesmo sentido, o impacto indireto da escolaridade sobre o voto que considera o partidarismo um mecanismo de tal influência não é estatisticamente significativo. Apesar dos efeitos direto e total padronizados da escolaridade sobre o voto serem significantes, a proporção do efeito total que seria mediada pelo partidarismo tem valor negativo, além de ser inexpressiva (-3,42%).

Tabela 3 – Efeitos padronizados da renda sobre o voto voluntário, obtidos a partir dos três modelos de equação logística estrutural que têm como variáveis mediadoras o interesse por política, a eficácia política externa e a afinidade partidária, Brasil, 2014.

Efeito	Variável mediadora	Interesse por política	Eficácia Política Externa	Partidarismo
Efeito direto		.0214188	.0214354	.0214358
Efeito indireto		.0099267*	.0015187	-.000881
Efeito Total		.0312854*	.0229185	.0205322
Proporção mediada do efeito total		.3063218* (30.63%)	.0594879 (5.95%)	-.0377153 (-3.77%)
Razão entre os efeitos indireto e direto		.46345734 (46.34%)	.07085009 (7.08%)	-.04109947 (-4.11%)
Razão entre os efeitos total e direto		1.4606514 (146.06%)	1.0691893 (106.92%)	.95784622 (95.78%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), 2014.

* Significativo a 95% de confiança.

Quando se analisa o efeito mediador que o interesse por política desempenha em relação à renda e à opção por votar sem ser obrigado tem-se resultados que são consonantes com a hipótese e que são possivelmente mais instigantes do que os resultados confirmatórios em que a variável de tratamento era a escolaridade. Isto porque, segundo se observa na Tabela 3, mantido tudo o mais constante, o efeito direto da renda sobre a participação eleitoral, controlado pelas demais variáveis mencionadas, não é significativo, como as regressões logísticas da seção anterior apontavam. Por outro lado, o efeito total é significativo. A análise dos efeitos padronizados e das proporções fornecem dados bastante interessantes. A proporção do efeito total da renda sobre o voto voluntário que é mediada pelo interesse por política é de 30,63%, um valor notório, além de estatisticamente significativo, assim como os efeitos total e indireto padronizados. A razão entre os efeitos indireto e direto revela que considerar a



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

mediação do interesse político oferece um acréscimo substantivo de 46,34% no efeito direto da renda sobre o voto. Deste modo, o efeito total da renda é significativo a despeito de seu efeito direto não ser. Tais resultados são expressivamente intrigantes, pois vê-se que o efeito da renda é destacadamente mediado por outras variáveis, não sendo direto. E, de tais variáveis, o interesse por política assume papel muito relevante.

Destaca-se que a renda havia mostrado impacto positivo e significativo sobre a decisão de votar quando analisada em conjunto com outras variáveis socioeconômicas e demográficas, tendo perdido um pouco do efeito, mas especialmente significância, quando controlada pelas variáveis individuais no terceiro modelo de regressão logística. Com isso, reafirma-se a hipótese de que a renda tem importante efeito sobre a decisão de votar sem ser obrigado, cujos mecanismos de atuação devem ser investigados, pois apenas o controle por outras variáveis numa regressão mais usual pode subestimar seu impacto. Um dos mecanismos analisados e confirmados foi o grau de interesse por política, que cresce à medida que cresce também a renda.

Já a análise da eficácia política externa como mediadora do efeito da renda sobre a participação política eleitoral facultativa não fornece dados condizentes com a hipótese. Embora o sentimento de eficácia política externa apresente efeito com significância sobre o voto não-compulsório, não se sugere que ele seja anteriormente impactado pela renda do indivíduo. A Tabela 3 mostra que nenhum dos efeitos padronizados apresenta significância estatística, além de a proporção mediada do efeito total não ser expressiva (5.95%). O acréscimo que o efeito indireto forneceria ao direto também é inexpressivo.

No caso da afinidade partidária, além de a mediação que ela desempenharia entre renda e comparecimento eleitoral facultativo não ser significativa, seu resultado foi negativo. O efeito indireto da renda sobre o voto que passa pela afinidade partidária é negativo, bem como a proporção do efeito total que é mediada pela variável em questão (-3,77%). Além disso, nenhum dos efeitos padronizados obtidos com a execução deste modelo é estatisticamente significativo com um intervalo de confiança de 95%. Por fim, a razão entre os efeitos indireto e direto revela que o efeito da renda sobre o voto mediado pelo partidarismo (o efeito indireto) oferece decréscimo (-



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

4,11%) ao efeito direto em vez de um acréscimo, ainda que inexpressivo e não significativo.

Tabela 4 – Efeitos padronizados da raça sobre o voto voluntário, obtidos a partir dos três modelos de equação logística estrutural que têm como variáveis mediadoras o interesse por política, a eficácia política externa e a afinidade partidária, Brasil, 2014.

Efeito	Variável mediadora	Interesse por política	Eficácia Política Externa	Partidarismo
Efeito direto		.0440047*	.0439507*	.043949
Efeito indireto		.0075323*	.0010663	-.0011299
Efeito Total		.0514285*	.045004*	.0427596
Proporção do efeito total mediado		.1408582* (14.08%)	.0223976* (2.24%)	-.025286 (-2.53%)
Razão entre os efeitos indireto e direto		.17117035 (17.12%)	.02426127 (2.43%)	-.02570934 (-2.57%)
Razão entre os efeitos total e direto		1.1687047 (116.87%)	1.0239655 (102.4%)	.97293681 (97,29%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), 2014.

* Significativo a 95% de confiança.

Na análise da Tabela 4, nota-se que além do efeito direto padronizado, os efeitos indireto e total da raça sendo mediada pelo interesse por política são significativos a 95% de confiança, bem como a proporção mediada do efeito total, que é de 14,08%, um valor reduzido em relação às outras duas variáveis de tratamento analisadas, mas ainda relevante. A razão entre os efeitos indireto e direto sugere acréscimo de 17,12% nos efeitos diretos da raça sobre o voto quando se considera que o interesse por política é um mecanismo de impacto dessa variável.

Já o exame da eficácia política externa como mediadora do efeito da raça sobre o voto condiz com os resultados encontrados com as duas outras variáveis de tratamento, indo de encontro à hipótese apresentada na última seção. Conforme se observa na Tabela 4, mesmo que o efeito total e o efeito direto padronizados e a proporção do efeito total mediada pelo sentimento de eficácia sejam significativos a 95% de confiança, o efeito indireto não se apresenta como tal. Além disso, essa proporção de mediação é bastante reduzida (2,24%), mesmo sendo significativa. O acréscimo que o efeito indireto ofereceria ao efeito direto da raça sobre o



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

comparecimento eleitoral facultativo, revelado pela razão entre tais efeitos padronizados, é também reduzido (2,43%).

Finalmente, a mediação do efeito da raça sobre o voto facultativo pelo partidarismo também descumpra as expectativas hipotetizadas, embora aquiesça os resultados das demais variáveis de tratamento com esta mediação. *Ceteris paribus*, os efeitos padronizados indireto, direto e total não são significativos estatisticamente, assim como a proporção mediada do efeito total. O efeito indireto e, conseqüentemente, a proporção mediada do efeito total, são negativos. Além disso, essa proporção tem valor inexpressivo (-2.53%).

Considerações Finais

Pode-se dizer que os testes dos modelos de equação estrutural em parte confirmaram a hipótese dos efeitos mediados, em parte a refutaram, ao menos em relação a duas das variáveis mediadoras analisadas. Entretanto, a investigação inicial que nos propusemos a fazer, baseada neste tipo de técnica ainda não muito explorada no campo do Comportamento Político, aponta conclusões interessantes e um caminho profícuo a ser percorrido. No caso do interesse por política como variável mediadora, as três variáveis de tratamento abordadas obtiveram resultados condizentes com a hipótese de que a variável em questão seria mediadora dos efeitos totais das variáveis estruturais sobre o voto. Conforme discutido, tanto renda quanto escolaridade e raça tiveram proporções consideráveis de seus efeitos totais sobre a opção de votar voluntariamente sendo mediadas pelo interesse por política, sobre o qual desempenham efeito positivo e significativo. Isto sugere que, conforme se supôs, a estrutura socioeconômica impacta o interesse que o cidadão tem por assuntos políticos e que, portanto, parte do efeito que esta variável tem sobre a decisão de votar se deve a outras variáveis, sendo a renda, a escolaridade e a raça algumas delas.

Com isso, apenas controlar o efeito destas variáveis pelo interesse por política numa regressão pode levar à subestimação de seu efeito, uma vez que se estaria desconsiderando o papel mediador que o interesse por política desempenha. Os resultados indicam que este é o caso especialmente da variável renda, que não havia



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

apresentado resultados significativos quando analisada no modelo logístico com controles de engajamento político individual, embora tenha apresentado resultados significativos quando trabalhada somente em meio às variáveis estruturais e demográficas, nos Modelos 1 e 2. Porém, a análise de mediação pelo interesse por política indicou que existe sim um efeito relevante e estatisticamente significativo da renda sobre o voto facultativo, que não é, todavia, direto, mas indireto, e parte expressiva deste efeito indireto perpassa pelo interesse que o cidadão tem pela política.

Destarte, pode-se entender que uma parte razoável do substantivo efeito que o interesse por política demonstrou ter sobre a decisão de votar sem ser obrigado no Modelo 3 deve-se a fatores estruturais. Este achado confirma a hipótese de que fatores socioeconômicos têm forte impacto sobre o comparecimento eleitoral não-compulsório e que a abertura a decisão de votar tende a gerar um hiato de participação entre os mais e menos privilegiados socioeconomicamente, como os mais ricos, brancos e mais escolarizados, segundo os resultados apresentados.

Por seu turno, apesar de impactantes sobre a decisão de votar facultativamente, como se confere na Tabela 1, a eficácia externa e o partidarismo não se mostraram como mediadores dos efeitos das variáveis estruturais abordadas. Não obstante, tais resultados não sugerem que não possa haver mediação dos efeitos da renda, da escolaridade e da raça por outras variáveis não abordadas nos modelos aqui analisados. Pelo contrário, demonstra-se haver uma proporção do efeito total de cada variável de tratamento que perpassa por outras variáveis que não o interesse por política, cuja mediação tem efeito relevante, mas não esgota o efeito indireto que estas variáveis socioeconômicas indicam ter sobre o voto.

Ainda, reitera-se que não se supõe que todo o efeito sobre a decisão de votar que as variáveis de engajamento analisadas como mediadoras desempenham é anteriormente impactado pelas variáveis estruturais abordadas, mas que parte deste efeito tem fundamento em questões socioeconômicas. Comprovando-se este papel mediador, reafirma-se a hipótese de que haveria impacto no perfil socioeconômico de eleitores brasileiros caso o voto facultativo fosse introduzido.



AGUIAR, N. N. (2017) - Voto obrigatório e igualdade política: uma análise das dimensões democráticas da norma no Brasil

Ademais, pode-se depreender dos resultados expostos e debatidos que a conclusão de Verba, Schlozman e Brady de que o que mais importa para ir às urnas não são fatores ligados a recursos, mas às orientações cívicas, pode ser flexibilizada. As variáveis individuais de engajamento podem, na verdade, ser também uma expressão da influência do status socioeconômico sobre a participação eleitoral não-obrigatória, reforçando aspectos da desigualdade econômica e social no plano político.

Pelo menos a variável de interesse por política, cujos efeitos sobre o voto foram destacáveis, é, em grande medida, impactada pela escolaridade, renda e raça do indivíduo. Destaca-se que os autores haviam evidenciado justamente o interesse por política como variável de engajamento que tem impacto especial sobre a decisão de votar, sobressaindo-se ao *SES*: “o que mais importa para ir às urnas não são os recursos disponíveis aos eleitores, mas, na verdade, suas orientações cívicas, **especialmente seu interesse por política**”¹⁸ (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995, p. 361), o que ressalta a importância de buscar métodos de investigação que vão além de mostrar padrões de associação entre variáveis, mas que se lancem sobre a investigação de mecanismos de atuação de determinados fatores sobre resultados de interesse.

Por fim, destaca-se que foi apresentada uma agenda importante para pesquisas futuras com achados iniciais promissores, tendo sido confirmada a hipótese central desta pesquisa, que entende que a desigualdade socioeconômica seria expressa no plano político caso o voto obrigatório fosse abolido no Brasil. Existe ainda uma parcela da proporção mediada do efeito total das variáveis de tratamento abordadas sem explicação, bem como uma gama de possibilidades de investigação de mecanismos de ação de variáveis que não foram abordadas neste trabalho.

18 Grifo próprio.

Referências

- ALMEIDA, A. C.; CHEIBUB, Z.; LOURENÇO, F.; MENEGUELLO, R. (orgs.). ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 1998-2002 (Banco de dados). Rio de Janeiro/ Campinas: UFF/UNICAMP. In: Consórcio de Informações Sociais, 2004. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 25 nov 2015.
- ARAÚJO, Cícero. Voto obrigatório. In: ANASTASIA, Fátima, AVRITZER, Leonardo (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 86-89.
- BELLI, R. F., TRAUGOTT, M. W., YOUNG, M., MCGONAGLE, K. A. Reducing Vote Overreporting in Surveys: Social Desirability, Memory Failure, and Source Monitoring. **Public Opinion Quarterly**, 63, p. 90-108, 1999.
- BERNSTEIN, Robert, CHADHA, Anita & MONTJOY, Robert. Overreporting Voting: Why It Happens and Why It Matters. **Public Opinion Quarterly**, 65, p. 22-44, 2001.
- BIRCH, Sarah. **Full Participation: A Comparative Study of Compulsory Voting**. New York: United Nations University Press. 2009.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1986.
- BORBA, J., RIBEIRO, E. A., SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 91-108, jun. 2015.
- BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. Os partidos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**. Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.271-303.
- CONVERSE, P.E. (1972), Change in the American Electorate. In: CAMPBELL, A. & CONVERSE, P.E (Eds.), **The Human Meaning of Social Change**, New York: Russell Sage, p. 263-337.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação da oposição; prefácio Fernando Limongi; tradução Celso Mauro Paciornik**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DALLARI, Bruno. O cidadão é responsável pelo Estado: o sentido do voto obrigatório. **Em debate**. Belo Horizonte, v.5, n.4, p. 31-40, Out. 2013.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. VI, n. 01, p. 109-136, 2000.
- ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2006 (Banco de dados). In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 25 nov 2015.
- ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2010 (Banco de dados). In: Consórcio de Informações Sociais, 2012. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 25 nov 2015.
- ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2014 (Banco de dados). In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública, 2016. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br>>. Acesso em 29 mar. 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”. 5ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré, 1991.

GUTIERREZ, Gabriela Carrasco. **Estimação das escalas dos construtos capital social, capital cultural e capital econômico e análise do efeito escola nos dados do Peru-PISA 2000**. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Elétrica, Rio de Janeiro, 2005.

HAIR, J.F., BLACK, W.C., BABIN, B.J., & ANDERSON, R.E. **Multivariate Data Analysis**. Seventh Edition. Nova Iorque: Pearson, 2010.

HELMKE, Gretchen; MEGUID, Bonnie M. **Endogenous Institutions**: The Origins of Compulsory Voting Laws. 2010, Disponível em: <https://www.rochester.edu/college/faculty/bmeguid/Endogenous_Institutions_Helmke_Meguid_May_2010.pdf> Acesso em 29 mar 2016.

HERRMANN DE OLIVEIRA, Luzia Helena. Voto obrigatório e equidade: um estudo de caso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 04, p. 144-152, 1999.

JACKMAN, Simon. Non-compulsory voting in Australia?: what surveys can (and can't) tell us. **Electoral Studies**, 18 (1), p. 29-48, 1998.

KAHN, T. **O voto obrigatório**. 1992. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

LIJPHART, Arend. Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma. **American Political Science Review**, 91, p. 1-14, 1997.

MONTEIRO NETO, Aristides. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. **Boletim regional, urbano e ambiental – Instituto de Pesquisa Aplicada**, Brasília, n. 9, p. 69-83, 2014.

NORRIS, Pippa (org.), **Critical Citizens**: Global Support for Democratic Governance. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PAIXÃO, M. et al. (Orgs). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda. 2010.

POWER, Timothy. Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986-2006, **Journal of Politics in Latin America**, 1, 1, p. 97-122, 2009.

QUINTELIER, E.; HOOGHE, M.; MARIEN, S. The effect of compulsory voting on turnout stratification patterns: a cross-national analysis. **International political Science Review**. 32(4), p. 396-416, 2011.

RENNÓ, L.; SMITH, A.E.; LAYTON, M.L.; BATISTA, F. 2011. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil**: uma visão da cidadania. São Paulo: Intermeios, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo A. Voto compulsório e desigualdade na participação política. **Em Debate**. Belo Horizonte, v.5, n.4, p.41-48, Out. 2013.

ROSENSTONE, Steven J. Economic adversity and voter turnout. *American Journal of Political Science*, v. 26, n. 1, p. 25-46, Jan. 1982.

VERBA, Sidney. **Political Equality: What Is It? Why Do We Want It?** 2001. Disponível em: <<https://www.russellsage.org/sites/all/files/u4/Verba.pdf>> Acesso em 25 fev 2016.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K. L. & BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WATTENBERG, Martin P. **Is voting for young people?** Nova Iorque: Pearson, 2007.

ANEXO 1

Frequências das variáveis dependente e explicativas estruturais

Tabela 5 – Votaria caso o voto não fosse obrigatório? Frequências absolutas original e ponderada e percentuais corrigidos pelo fator de ponderação da amostra, Brasil, 2014.

Resposta	Frequência absoluta	Frequência corrigida	% Corrigido	% Válido
Não/Talvez	1709	1331,76	53,143	54,69
Sim	1329	1103,47	44,033	45,31
NA	98	70,77	2,824	–
Total	3136	2506	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) – 2014.

Tabela 6 – Renda Familiar Mensal. Frequência absoluta original e percentual válido corrigido pelo fator de ponderação da amostra, Brasil, 2014.

Faixa de Renda	Frequência absoluta	%
Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo)	323	12,59
De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (entre 1 e 2 salários mínimos)	746	27,28
De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00 (entre 2 e 5 salários mínimos)	1275	45,32
A partir de R\$ 3.621,00 (mais de 5 salários mínimos)	404	14,81
Total	2748	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) – 2014.

Tabela 7 – Nível de Escolaridade sem os analfabetos. Frequência absoluta original e percentual válido corrigido pelo fator de ponderação da amostra, Brasil, 2014.

Nível de Escolaridade	Frequência absoluta	%
Primário incompleto ou completo	626	21,36
Ginásio incompleto ou completo	719	24,04
Colegial incompleto ou completo	1115	36,58
Ensino universitário incompleto ou completo, pós-graduação ou mais	555	18,02
Total	3015	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) – 2014.

Tabela 8 – Raça dos indivíduos recategorizada a partir de respostas baseadas na classificação de cor do IBGE. Frequência absoluta original e percentual válido corrigido pelo fator de ponderação da amostra, Brasil, 2014.

Raça	Frequência absoluta	%
Não-brancos	1.850	60,87
Branco	1.286	39,13
Total	3.046	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) – 2014.

Tabela 9 – Regiões do país. Frequência absoluta original e percentual corrigido pelo fator de ponderação da amostra, Brasil, 2014.

Região	Frequência absoluta	%
Sudeste	1.736	44,13
Norte	196	7,82
Nordeste	646	25,78
Sul	364	14,53
Centro-Oeste	194	7,74
Total	3.136	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) – 2014.

ANEXO 2

Quadro 1: Detalhes do manuseio das variáveis de engajamento político

- 1. Interesse por política:** “Quanto o(a) sr(a) se interessa por política? O(a) sr(a) diria que é:”. A variável tem seis opções de resposta, sendo “não sabe” e “não respondeu” consideradas *missing*. As outras quatro categorias foram binarizadas.
- 2. Eficácia política interna:** “Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5, sendo que 1 significa que o nosso voto não influencia nada no que acontece no Brasil” e 5 significa que o nosso voto “influencia muito no que acontece no Brasil”. Que nota de 1 a 5 o(a) sr(a) dá para representar sua opinião sobre isso?”. Mais uma vez, “não sabe” e “não respondeu” foram considerados dados *missing*. As notas entre 1 e 3 foram consideradas como ausência de eficácia e 4 a 5 como existência de eficácia.
- 3. Partidarismo:** “Existe algum partido político que o(a) sr(a) goste mais que os outros?”. Com a transformação das respostas “não sabe” e “não respondeu” em *missing* a categoria já ficou binária: ou há afinidade ou não.
- 4. Eficácia política externa:** “Algumas pessoas dizem que faz uma grande diferença quem governa o Brasil. Outras pessoas dizem que NÃO faz diferença quem governa o Brasil. Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5, sendo que 1 significa que “não faz nenhuma diferença quem governa o Brasil”, e 5 que “faz uma grande diferença quem governa o Brasil”. Que nota de 1 a 5 o(a) sr(a) dá para representar sua opinião sobre isso?”. Da mesma maneira que na variável de eficácia interna, “não sabe” e “não respondeu” foram considerados dados *missing* e as notas entre 1 e 3 foram consideradas como ausência de eficácia e 4 a 5 como existência de eficácia.
- 5. Avaliação do Governo Dilma:** “Na sua opinião, de uma maneira geral o governo da presidente Dilma Rousseff nos últimos 4 anos foi ótimo, bom, ruim ou péssimo?”. A variável tem cinco opções de resposta (incluindo a espontânea “regular”) além de “não sabe” e “não respondeu”. Desconsideradas tais categorias, as demais foram dicotomizadas em: avaliação não-positiva (regular, ruim ou péssimo) e avaliação positiva (bom ou ótimo).
- 6. Apoio ao regime democrático:** “Vou ler mais algumas frases e gostaria que para cada uma delas o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: c) A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”. Sendo considerados casos *missing* “não sabe” e “não respondeu”, as outras cinco categorias foram binarizadas em: “Baixo ou nenhum apoio” e “Alto ou algum”.
- 7. Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil:** “De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”. Similarmente à variável anterior, sendo considerados casos *missing* “não sabe” e “não respondeu”, as outras cinco categorias foram dicotomizadas em: “Pouco ou nada satisfeito ou indiferente” e “Algo ou muito satisfeito”.